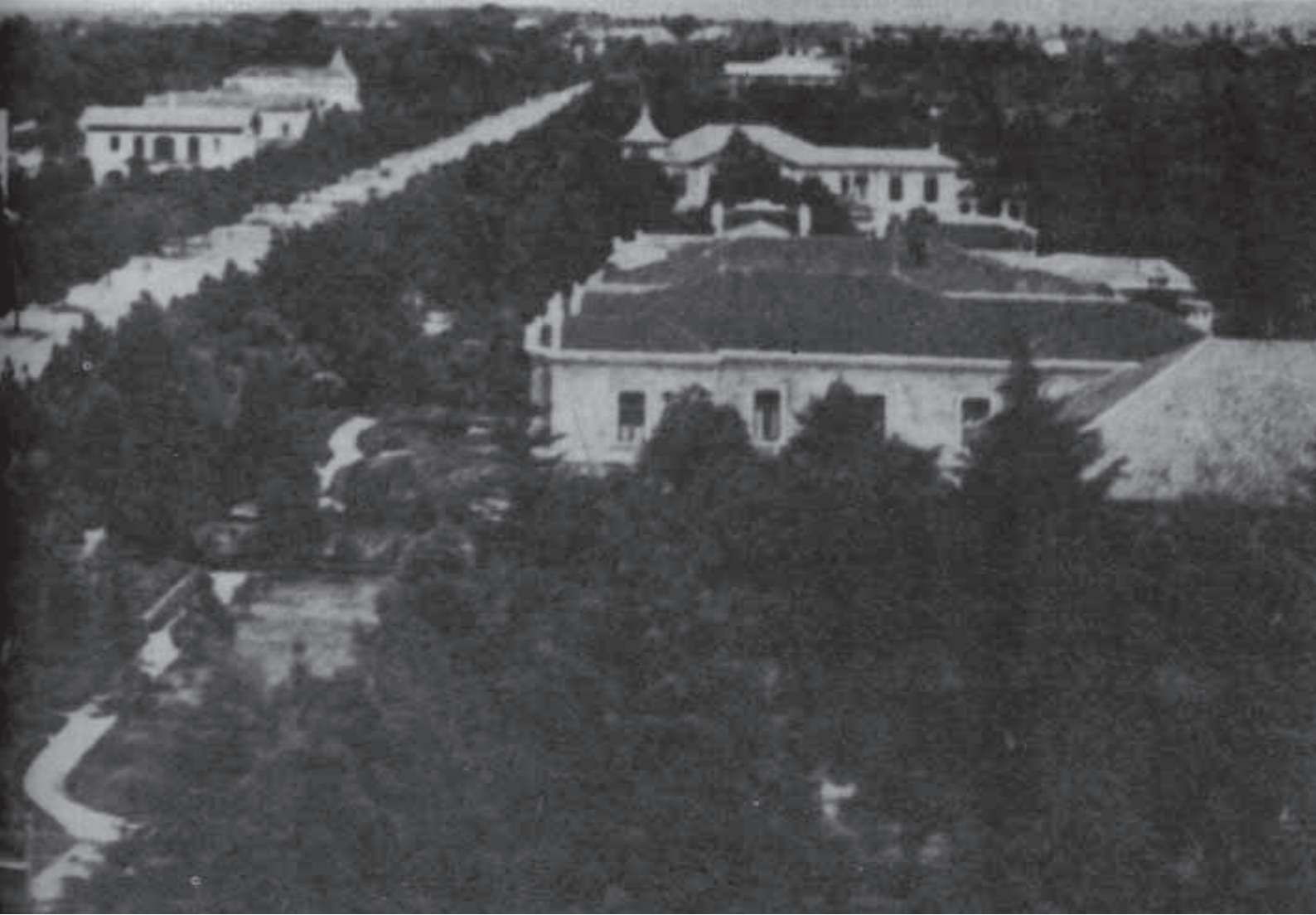


MARIA IRENE SZMRECSANYI

Rio e São Paulo: raízes da substituição da metrópole nacional



I. O PROBLEMA

Dentro do processo de urbanização na América Latina, já caracterizado na historiografia como sendo, em cada país, altamente concentrado em uma cidade primaz (Hardoy, Scobie), a metropolização do Brasil mostra feições próprias. Isto não só pela pujança macrorregional das capitais estaduais, constituídas hoje em áreas metropolitanas mas, principalmente, pela substituição da metrópole nacional, ocorrida em poucas décadas deste século.

Este tipo de fenômeno, além de raro empiricamente, aparece como de baixa probabilidade teórica quando se aceita que, sob a regência do mercado, o acúmulo de vantagens localizacionais tende a auto-alimentar-se até a saturação das economias de escala. Desse ponto de vista, é surpreendente que o Rio de Janeiro, tendo sediado localmente o governo da colônia e do vice-reino, havendo se tornado capital do Império, da Primeira República e do Estado Novo, sendo a cidade mais populosa e o principal porto do país, batendo como seu coração político, funcionando como seu centro comercial, financeiro e industrial, abrigando o cerne de sua *intelligentsia* e liderando a modernização de seus costumes e instituições, tenha, no auge do seu brilho urbano e dentro de uma estrutura econômica de mercado, perdido sua posição privilegiada em favor de São Paulo.

Tanto mais porque esta última cidade, apesar de sua posição estratégica como nó de caminhos para o interior da colônia (Prado Jr.), levou dois séculos com porte de vila e mais de três para surgir como a segunda do país. Por outro lado, localizando-se a distância relativamente curta do Rio e sediando o governo em nível apenas provincial, veio a prosperar concorrendo com ele nas mesmas atividades econômicas: basicamente a indústria manufatureira e o controle da produção do café, através de mobilização de capitais e terras, organização do crédito, recrutamento e distribuição da mão-de-obra, implantação e exploração do sistema de transportes ferroviários, e, com Santos, comercialização internacional. Ao que se somam a exploração de serviços públicos e a especulação imobiliária urbana.

A expansão demográfica das duas cidades é espetacular desde o século XIX, em cuja década de 30 o Rio já tinha perto de 140 mil habitantes enquanto São Paulo não atingia 22 mil, e em cujo transcorrer a primeira

cidade manteve-se de 6 a 9 vezes maior do que a segunda. Dessa forma, em 1890, uma ultrapassara meio milhão de moradores enquanto a outra se acercava dos 65 mil. No entanto, durante o último quartel do século São Paulo cresceu mais depressa e cada vez mais intensamente, a ponto de expandir-se 3,7 vezes entre 1890 e 1900, quando alcançou 240 mil habitantes, enquanto o Rio, sem chegar a dobrar, passou a constituir um colosso para a época, com mais de 800 mil almas. Portanto, na virada deste século São Paulo equivalia a 1/3 do Rio. Em 1920 ela tinha a metade da sua população (aproximadamente 580 mil vs. 1,160 milhão). Em 1940 subiu para 75% (1,3 vs. 1,7 milhão). Em 1950 chegou a 92% (2,20 vs. 2,38 milhões). E em 1960 ultrapassou o Rio enquanto município (3,8 vs. 3,3 milhões), mas não enquanto área metropolitana, categoria censitária recém-criada (4 vs. 4,6 milhões). Só em 1970 São Paulo tornou-se mais populosa do que o Rio em ambas as classificações (5,9 vs. 4,3 milhões os municípios e 7,7 vs. 6,8 as respectivas áreas metropolitanas), e vem mantendo superioridade até o presente.

Por esses números pode-se perceber que a troca da metrópole nacional se armou desde o início deste século, o que torna o conjunto de suas primeiras décadas e últimas do século anterior período clássico para o entendimento do fenômeno. Por outro lado, a evolução descrita também mostra que essa mudança nada ou pouco teve a ver com Brasília ou a grande indústria automobilística introduzida a partir de 1956, que se fizeram quando São Paulo demograficamente já se igualara ao Rio e economicamente já se consolidara enquanto sede de empreendimentos hegemônicos em todo o país.

Como e por que a substituição da metrópole brasileira se tornou possível constituem as questões examinadas neste trabalho. Do ponto de vista de São Paulo, elas se mostraram de particular interesse para alguns autores, entre os quais Singer deve ser destacado. Do ponto de vista do Rio, esses problemas mereceram alguma atenção de Lobo e Leopoldi. A compreensão das circunstâncias e processos dentro dos quais ocorreu a competição entre os dois núcleos pode avançar através de análises feitas a partir de novos ângulos ou integrando diferentes perspectivas.

Retoma-se aqui o tema privilegiando uma aproximação sociopolítica da evolu-

NA PÁGINA ANTERIOR
AVENIDA PAULISTA
1905/1906

ção urbana descrita, cujas bases são reconhecidamente econômicas. A partir dela formulam-se hipóteses reciprocamente complementares sobre as origens desse processo e procuram-se alguns de seus fundamentos empíricos na fase cafeeira de 1850-1930, isto é, da extinção do tráfico negreiro à crise da economia de exportação.

II. AS HIPÓTESES: OPÇÕES DE INVESTIMENTO

As questões selecionadas são por si só próprias e relevantes enquanto problemas urbanos e regionais. Elas têm também implicações maiores devido às influências metropolitanas exercidas sobre todo o país, quer por uma, quer por outra, quer mesmo pelas duas cidades em conjunto, desde a segunda metade do século passado. Seus papéis têm sido essenciais durante o processo, que se mostra longo e difícil de constituição de uma economia nacional diversificada, integrada e auto-orientada.

De acordo com a escola da Cepal de pensamento econômico que floresceu durante as décadas de 1950 e 1960, a América

Latina superaria seu passado colonial através da industrialização. O cepalino Furtado, acompanhando outros historiadores bem conhecidos como Prado Jr. e Simonsen, aponta o abandono da escravidão em favor do trabalho livre como a mudança institucional decisiva para a industrialização e o desenvolvimento econômico sustentado. Ainda que a industrialização não tenha atendido muitas esperanças de bem-estar para as massas e de autonomia nacional, e ainda que a teoria cepalina tenha nos últimos anos sofrido cerradas críticas, a primazia que atribuiu ao trabalho livre para o advento da modernidade no Brasil é ponto de concordância para economistas, historiadores, sociólogos ou politicólogos.

Tanto as cidades como as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo se beneficiaram da escravidão até 1888, seu término pela lei e na prática. E ambas as cidades viram crescer sua indústria particularmente a partir de 1890, trabalhada, portanto, pela mão-de-obra livre. O avanço demográfico e econômico de São Paulo ocorreu, entretanto, predominantemente no período do trabalho assalariado, enquanto o do Rio começara antes, sob o escravismo, perden-



do ímpeto gradualmente após a abolição. Esta é uma diferença essencial, com repercussões prolongadas para as transformações urbanas, que aqui será usada como pressuposto da argumentação desenvolvida.

Escrevendo na década de 1960, Singer atribuiu o excepcional crescimento urbano de São Paulo ao desenvolvimento da indústria orientada para o mercado interno. O grande mercado cativo da cidade constituído por esta e por seu *hinterland* permitiu a sua indústria produzir em maior escala e, assim, vender mais barato que seus competidores de outras regiões do Brasil, inclusive os do Rio de Janeiro, centro que na primeira década deste século ainda era o principal parque manufatureiro no país.

Para ele, em poucos decênios todo o mercado brasileiro se tornou o mercado da indústria paulista, promovendo a acumulação de capital e o crescimento demográfico da cidade. A incapacidade do Rio de manter ritmo semelhante, apesar de seu maior mercado enquanto centro urbano, é considerada conseqüência do baixo poder aquisitivo de seu *hinterland*, cuja produção agrícola de exportação entrara em colapso desde o fim do trabalho escravo.

A explicação de Singer, portanto, é feita de uma perspectiva que insere o urbano no regional e baseia-se no tamanho da demanda. Sua tese merece ser mantida enfatizando-se que o mercado original da indústria paulistana constituiu-se das empresas com mão-de-obra livre, de seus proprietários, e dos trabalhadores assalariados em geral, englobando não só a capital mas também a próspera rede urbana no interior do estado.

No entanto parece insuficiente entender que as forças concentradoras do mercado foram reorientadas do Rio para São Paulo por obra da própria mão invisível, como Singer defendeu com brilho. Há que se procurar o corpo social e político atrás dela, há que se supor a ação deliberada de grupos poderosos expressando-se por seus gestos. Também o conceito de *hinterland* usado desqualificadamente por Singer pode ser enriquecido. Neste trabalho *hinterland* é entendido como território cuja unidade é mais sociopolítica do que natural pois é dada pela mobilização e drenagem de seus recursos por um núcleo urbano polarizador, através de iniciativas e controles adotados por uma classe dominante local e sua elite dirigente, atuando através do Estado.

Ao enfatizar-se a atuação político-econômica de determinados grupos não se está

cogitando de um complô para derrotar o Rio. Está-se pensando, sim, em diferenças nas estratégias de acumulação a curto e médio prazos aplicadas por conjuntos articulados de investidores baseados em cada uma das cidades. A intenção é enfatizar a história traçada por ações escolhidas e praticadas por segmentos sociais capazes de com elas afetar o conjunto da coletividade. Tal abordagem prestigia os agentes mas não permite desvios voluntaristas pois faz ver as opções dos setores de classe surgindo, a partir de possibilidades estruturadas por práticas sociais anteriores.

Isto permite que se examine a dinâmica das economias do Rio e de São Paulo tanto do ponto de vista amplo, da formação ou oferta de capitais, como do mais restrito, enquanto opções de investimento feitos por grupos burgueses, levando-se em conta circunstâncias que presidiram o relacionamento de personagens locais com aplicadores e promotores externos. As hipóteses a serem exploradas derivam do ordenamento teórico de pontos esparsos em diferentes estudos de natureza histórica, econômica, social e geográfica arrolados adiante na bibliografia. Elas podem ser sumarizadas em quatro pontos, como se segue:

1. Cada uma das cidades desenvolveu seus próprios processos de acumulação de capital e de formação da burguesia, com roteiros independentes desde antes do café até a fase madura, em meados do presente século. A diversidade de interesses dessas duas burguesias impediu a subordinação do *hinterland* de São Paulo às forças sociais metropolitanas do Rio, mantendo as áreas de influência imediata das duas cidades como regiões separadas durante todo o período aqui examinado.

2. Diferenças cronológicas na fase de apogeu de acumulação das duas burguesias fizeram com que enfrentassem condições diversas de competição estrangeira devido a alterações nos padrões de comércio internacional e nas políticas européias de investimento externo. Conseqüentemente, cada uma foi confrontada com diferentes opções de investimento, afetando sua preferência ou não pela produção em si, o que viria a influenciar o escopo de desenvolvimento capitalista que permitiu a si mesma e à sua cidade.

3. A atitude das duas burguesias em relação ao investimento na indústria não foi a mesma e isso, naturalmente, influenciou a evolução das duas economias regionais. No Rio o capital mostrou-se desinteressado em aproveitar plenamente as oportunidades abertas pela abundância do trabalho livre barato, logo desviando-se das atividades agrícolas e manufatureiras para outras provavelmente tanto ou mais lucrativas, mas de alto caráter especulativo e baixo caráter multiplicativo, tais como as transações imobiliárias e a construção urbana, além da intermediação comercial e financeira. Já a economia de São Paulo, desde o começo do período cafeeiro, vinculou-se mais especificamente à produção em si.

4. Ambas as burguesias tentaram e conseguiram usar o Estado para promoção de seus interesses privados. Contudo, enquanto em São Paulo essas práticas resultaram em políticas orientadas para incentivo e proteção da produção do

café, elevando o nível de atividades econômicas e beneficiando várias camadas burguesas além de outras classes sociais, no Rio o dinheiro e as políticas do Estado foram usadas promovendo serviços e obras urbanas. A burguesia do Rio parece ter tido objetivos cujos resultados imediatos para os bolsos privados e para as feições da cidade foram brilhantes, mas não lograram causar impacto maior no desenvolvimento a longo prazo da economia local. O comércio, incluindo o tráfico negreiro, e as fazendas escravistas foram, tanto no Rio como em São Paulo, as origens do enriquecimento que precedeu à acumulação de capital baseada no trabalho livre e na indústria. Dessa aparente similaridade emergiram, contudo, diferenças suficientemente fortes para prover São Paulo com um setor produtivo sempre crescente e para fazer o Rio desprezar a agricultura e negligenciar a indústria. Os pontos a notar em cada caso dizem respeito à natureza das respectivas atividades comerciais, à relação que estas man-

RUA QUINZE DE
NOVEMBRO. FOTO
TIRADA ENTRE
1905 / 1906



tiveram com a produção e às opções econômicas oferecidas a diferentes grupos sociais.

III. COMERCIANTES, FINANCISTAS E FAZENDEIROS NO RIO

A prosperidade do Rio liga-se ao comércio desde a época do ouro, quando seu porto se tornou o único acesso legal ao mar, para as riquezas das minas, bem como sua porta de entrada para imigrantes lusitanos, escravos negros e bens de consumo importados. As principais casas comerciais portuguesas, especialmente os traficantes de escravos, instalaram ali seus agentes. O abastecimento das cidades auríferas vinculado ao comércio marítimo, ao transporte e ao crédito, fez, então, do Rio, ponto por excelência de drenagem e controle da produção colonial pelos poderes metropolitanos europeus - e não só de Lisboa, pois após Methuen o ouro brasileiro facilitou as transações orientais da Inglaterra e alimentou o crescimento da *City* em Londres.

Graças ao ouro a cidade foi elevada à condição de capital, ainda no vice-reino, em 1763. Seu caráter de corte começou em 1808 com o exílio da família real portuguesa e não terminou com o final do Império, pois o Rio manteve fortemente sob a República, liberal ou ditatorial, o espírito do centro de intrigas políticas, de moradia mais que temporária de uma rica camada dirigente vinda de todo o país, de ponto de reunião de mentes ilustradas, de enclave de consumo de uma classe ociosa tão refinada quanto alienada.

Como corte e como mediadora comercial entre dois continentes, a cidade foi-se atribuindo o dom mítico de servir à acomodação entre as rusticidades do país e as glórias ou o luxo da civilização externa, virtude de aliar incompatibilidades até hoje celebrada no carnaval (Matta).

Com a ascensão do café, logo no início do século XIX, novamente o comércio primordial foi o dirigido a além mares, dominado por empresas estrangeiras e localmente comandado por agentes não-nativos que, com relação aos lucros, transferiam a parte do leão para a Europa. Até o colapso do Estado português sob a invasão napoleônica de 1808, todas as exportações e importações oficiais eram feitas exclusivamente para Lisboa ou Porto por essas firmas lusitanas ou por negociantes britânicos especi-

almente autorizados a se estabelecerem e operarem em Portugal. Depois de transferida a corte para o Rio de Janeiro, a Grã-Bretanha obteve o direito de ali manter suas empresas comerciais, eliminando o intermédio das firmas mercantis portuguesas e abrindo espaço para o surgimento de um agente brasileiro, o comissário de café.

A compreensão das relações de dependência que se estabeleceram entre o financiamento externo, o comércio interno e a produção do café passa pelo acompanhamento do trajeto feito pela riqueza produzida pelos escravos. Ela era dividida, dentro do Brasil, entre três principais grupos sociais: os proprietários de fazendas, que quase sempre moravam em suas terras administrando a produção do café; seus agentes no Rio, que vendiam seus produtos por comissão; e os representantes das casas comerciais britânicas, que compravam esse café e embarcavam-no para fora. Laços de crédito conectavam esses grupos na direção contrária: os negociantes britânicos, apoiados por firmas comerciais inglesas que descontavam os títulos dessas transações na *City* de Londres, forneciam à taxa corrente de juros crédito para os agentes comissionados do café os quais, por sua vez, o repassavam aos fazendeiros sob a garantia de sua safra seguinte ou de seus escravos e terras. Os fazendeiros usavam o dinheiro para comprar escravos, ferramentas e bens de consumo, todos adquiridos através de seus agentes comissários estabelecidos no Rio ou em contato com o Rio a partir de cidades menores, como as do Vale do Paraíba. Nesta economia, a circulação de dinheiro era insignificante e quase que completamente circunscrita à capital. A maioria dos fazendeiros tinha na verdade muito pouco controle sobre as contas dos seus negócios, geridos na esfera da circulação pelos comissários (Stein, Franco, Levy).

Até a metade do século XIX esse sistema funcionou satisfatoriamente, permitindo a expansão das fazendas sem maiores problemas. Alguns comissários de café, por negociarem com vários fazendeiros, tinham enriquecido o suficiente para operarem quase como banqueiros locais, emitindo vales e outros títulos semelhantes. O crédito para a produção havia se tornado menos difícil. A partir de 1860, contudo, emissários de café e fazendeiros do Rio entraram em bancarrota, processo ao qual a abolição da escravatura em 1888 apenas daria um último toque. Este colapso ocorreu por dois

motivos principais. De um lado, os credores britânicos exigiram, cobrando a dívida que o Brasil herdara de Portugal como preço da independência política ou condicionando a isso o fornecimento de novos recursos para fins militares e infraestrutura ferroviária, a convertibilidade da moeda brasileira ao ouro, medida cuja contrapartida foi a redução do crédito interno pelo governo. Por outro lado os fazendeiros haviam se endividado acima de suas possibilidades para a compra, em outras regiões do país, de escravos, cujos preços tinham crescido enormemente desde a extinção do tráfico negreiro internacional em 1850.

Com a redução do crédito, os fazendeiros não foram mais capazes de substituir escravos depauperados depois de sete ou oito anos de vida ativa nas fazendas de café. Conseqüentemente, todo o sistema produtivo foi sendo solapado. Sem o trabalho compulsório não havia como plantar, tratar e colher café. Os fazendeiros não eram capazes de prevenir a erosão do solo, ou de regenerá-lo, ou de abrir novas fronteiras. Faliram e nunca se recuperaram (Stein).

Neste sentido, a dependência externa junto com a incapacidade de controlar os mais importantes patamares da comercialização, de construir um sólido sistema de crédito orientado para a produção, de conceber e estabelecer formas de trabalho alternativas à escravidão levaram ao aborto o embrionário capital produtivo do Rio. Estas foram as razões pelas quais o café do Vale do Paraíba, apesar de haver penetrado o território da vizinha província de São Paulo, não teve forças para seguir adiante incorporando novas áreas e mais população ao *hinterland* do Rio. Esses mesmos fatores deram chance para que as muito menores fortunas comerciais de São Paulo criassem e desenvolvessem uma economia de exportação própria, levando-a muito além na escala capitalista do que o café fluminense conseguiu.

É verdade que alguns dos fazendeiros do Rio mudaram-se para o próspero oeste de São Paulo na segunda metade do século XIX. Mas eles formaram apenas a exceção que confirma a regra, já que não lideraram essa nova expansão da economia do café, mas, ao contrário, foram atraídos por ela. A fragilidade da maioria dos fazendeiros de café do Rio já foi atribuída, ao menos em parte, às suas origens rurais e ao seu isolamento (Granziera). Na verdade alguns de-

les eram ex-roceiros cujos antepassados tinham se engajado na mineração do ouro (Stein). Mas destacavam-se outros, muitas vezes portugueses, que, depois de alguma experiência no comércio local, estabeleceram-se como fazendeiros, tornando-se grandes proprietários de terras e de escravos. Esse foi o caso, por exemplo, do fundador da família Werneck, uma das mais ricas e famosas do interior do Rio durante o Império. Outras famílias como os Teixeira - estudados por Stein -, que vieram das minas e enriqueceram na provinciana cidade de Vassouras tanto com a produção e comercialização de café como com empréstimo de dinheiro e especulação com terras, logo viram alguns de seus membros na corte atuando como comissários de café e banqueiros. Um terceiro exemplo é do traficante de escravos que também se tornou grande proprietário de fazendas e famoso como líder local de uma rebelião descentralizadora em 1842, Souza Breves, a quem se atribuía a propriedade de seis mil escravos e nada menos do que 30 fazendas que juntas produziam até três mil toneladas de café por ano, sendo considerado o homem mais rico de toda a província do Rio de Janeiro (Bethell e Carvalho).

O verdadeiro problema é até onde os fazendeiros fluminenses chegaram no processo de desenvolver uma burguesia urbana ou, em outras palavras, em que medida se valeram da cidade do Rio como seu centro de contatos sociais, informação, diversificação dos negócios e articulação política para obter medidas protetivas e privilégios econômicos do governo central. Durante todo o século XIX o Rio de Janeiro foi indubitavelmente a metrópole nacional exatamente porque se tornou e permaneceu sendo o ponto de encontro e amálgama dos proprietários de terra dos quatro cantos do Brasil. Os produtores do Rio estiveram bem representados entre eles, e sua influência cresceu na mesma medida que a importância do café na economia nacional. Porém, as políticas que os uniam a todos foram, em primeiro lugar, a manutenção da escravidão como a instituição social básica e, em segundo, a eliminação de qualquer perigo de retorno ao domínio e à intermediação comercial por Portugal, de forma a capacitar à economia vender diretamente à Grã-Bretanha e receber de lá bens a preços mais baixos. Isto é, dois objetivos que iriam a longo prazo estabelecer um limite para suas possibilidades de acumulação do capital

contínua e autônoma.

Por essas razões estruturais, o Rio ironicamente evoluiu para uma posição de metrópole intermediária, como Lisboa tinha sido antes, entre Londres e a economia brasileira. Suas funções comerciais como um ponto de redistribuição de mercadorias estrangeiras tornaram-se muito mais importantes do que aquelas derivadas de sua posição econômica e administrativa em relação a um *hinterland* produtivo. A diversificação de seus setores capitalistas, durante o progressivo eliminar da escravidão, ou mesmo após, não esteve conectada às bases originais da produção agrícola circundante. A indústria manufatureira, por exemplo, obteve capital de muitas fontes diferentes, entre as quais o tráfico de escravos, cuja sede estava no Rio há longo tempo, e a coleta dos fundos privados locais dispersos nas camadas abastadas, através da promoção especulativa de ações industriais.

O dinheiro do tráfico de escravos provavelmente ajudou a expansão da manufatura no Rio que ocorreu desde 1850, depois da proibição inglesa desse comércio nas águas internacionais e o simultâneo estabelecimento de legislação que modernizava a constituição de empresas no Brasil (Lobo, Greenhill, Soares).

Algumas empresas manufatureiras, principalmente na indústria têxtil, já estavam instaladas naquele período. As capacidades empresariais capitalistas já tinham sido assimiladas por brasileiros como pode ser visto pela carreira de Mauá que, depois de ter sido auxiliar de escritório, gerente e sócio de uma firma britânica, começou a atuar com relativa autonomia, expandindo seus próprios negócios de risco por várias atividades econômicas urbanas, como transportes, fábricas e bancos, não apenas no Rio mas também em diferentes partes do Brasil e até mesmo na Argentina e Uruguai (Manchester).

Um ponto a ser notado na biografia de Mauá é que veio a perder toda a sua fortuna devido à falta de apoio que ele esperava do governo brasileiro, negado em nome dos princípios liberais. Esse episódio mostra como as elites dirigentes daquele tempo, apesar de não imunes a favorecimentos pessoais, não consideravam as atividades de Mauá como parte importante da economia regional, para não dizer nacional, guardando, dessa forma, perfil pouco definido em termos de política econômica e aceitando plenamente as proclamadas virtudes da

divisão internacional do trabalho.

Provavelmente por causa desses tipos de incertezas, o tráfico interno de escravos e a emissão, na metade da década de 1860, de bônus governamentais para finalidades militares (a guerra contra o Paraguai) foram capazes de atrair mais recursos inativos do que qualquer atividade produtiva. Esse desinteresse dos capitalistas do Rio pela organização da produção baseada no trabalho livre parece ser absolutamente surpreendente num tempo de crescente escassez de mão-de-obra que perdurou até a abolição definitiva da escravidão em 1888; ainda mais porque exatamente o oposto ocorria na província de São Paulo, como será relatado adiante. Os bons lucros que eles obtiveram através de outras atividades devem ter distraído sua atenção dessa oportunidade.

A política de crédito fácil do novo governo republicano conduziu, no começo dos anos 90, à frenética promoção de ações de companhias que se tornou conhecida como encilhamento. Este *boom* foi capaz de deixar, junto com um grande número de falências, um decisivo ponto de partida industrial para produzir na cidade do Rio uma expansão da capacidade instalada que envolveu as cidades vizinhas de Petrópolis e Nova Friburgo (Stein, Vand der Weid e Bastos, Levy e Saes). Deste momento em diante a indústria do Rio teve que se apoiar quase que exclusivamente nos seus próprios ganhos. Isso não foi difícil de conseguir porque, de um lado, o trabalho era barato - a cidade vinha recebendo ao longo de várias décadas fortes levas de imigrantes espontâneos (principalmente de origem portuguesa) - e depois da abolição atraiu parte da população de ex-escravos do interior do estado. De outro lado, o mercado estava crescendo. Graças à instituição dos salários e apesar de serem baixos, a demanda por produtos manufaturados se expandia e diversificava. Este último aspecto conduziu à substituição das importações.

Mas, na sua maior parte, os estudos sobre a industrialização do Brasil concordam que este processo tornou-se possível principalmente pelas medidas governamentais para proteger os lucros dos fazendeiros e negociantes de café ao custo da desvalorização do câmbio da moeda nacional. Tais políticas obtiveram apoio entre cafeicultores do Rio, mas foram planejadas e impostas pela burguesia do café de São Paulo, cujo desenvolvimento apresentara características bastante específicas.

IV. O COMPLEXO ECONÔMICO CAFEIRO PAULISTA

Como no caso do Rio, o comércio foi a atividade original dos mais proeminentes cafeicultores de São Paulo, o que os caracteriza menos como indivíduos presos ao solo e mais como homens mobilizados pelo lucro. Antônio Prado, um português que imigrou no último quartel do século XVIII e fundou uma dinastia de grandes proprietários de fazendas de café, homens de negócio e políticos, foi inicialmente comerciante no interior da Bahia e depois, a partir de São Paulo, intermediou o abastecimento do Rio com gado sulino, cujo monopólio tentou obter. Foi ainda coletor de impostos nos caminhos para o atual Paraná e o Rio Grande. Ingressou posteriormente na produção de cana-de-açúcar e café (Petroni). Seus descendentes acrescentaram a este conjunto de atividades a corretagem do café, bancos, construção e exploração de estradas de ferro, além de manter até o século XX importantes cargos governamentais.

Outro que conseguiu a posição de coletor de impostos, chegando a senador vitalício e, por breve período, regente do Império, foi Vergueiro, cuja fama se associa à introdução de colonos europeus nas fazendas de café. Chegando de Portugal em 1802, obteve terra de graça no oeste paulista e foi um dos primeiros a substituir a cana-de-açúcar pelo café, em 1828. Sendo também um traficante de escravos, em 1847, encarou a determinação britânica de pôr um fim a este negócio, pedindo e obtendo ajuda governamental para trazer europeus como mão-de-obra para fazendas suas e de terceiros e transformou isso numa atividade lucrativa, estabelecendo uma companhia para importar trabalhadores numa condição de comprometimento por dívidas, como os *indentured servants*, para fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Estes exemplos servem para mostrar como a burguesia emergente em São Paulo aprendeu a enxergar o café como um conjunto de atividades econômicas interligadas, às quais políticas específicas de Estado poderiam ser de grande estímulo por aumentar os lucros privados através de recursos públicos. Ao mesmo tempo, há várias evidências de que essa burguesia foi também rápida em definir alianças e oposições com outros grupos socioeconômicos e dentro de suas próprias fileiras. A conexão fer-

roviária do planalto com o mar exemplifica este tipo de mobilização para a expansão das fazendas. Ela produziu em São Paulo uma forte oposição ao maior empresário urbano do Rio de Janeiro na época, o já mencionado Mauá, que obtivera concessões para estabelecer e operar uma estrada de ferro na área, mas que, por uma razão ou por outra, estava postergando sua construção. A burguesia paulista bem como os capitais britânicos envolvidos na transação preferiram eliminar a participação de Mauá no negócio (Malton Jr.), e a estrada ficou pronta em poucos anos. A ferrovia foi um dos mais lucrativos empreendimentos ingleses na América Latina pois permaneceu com monopólio da transposição da Serra do Mar na região de São Paulo até bem entrado o século XX, só sendo nacionalizada após a Segunda Guerra Mundial. Foi também uma transação germinativa de lucros para os empresários locais na medida em que imediatamente após a conclusão dessa linha, em 1867, eles trataram de conectá-la a outras, assumindo novos empreendimentos ferroviários com recursos próprios ou empréstimos externos sob garantia estatal. Dessa forma, assentaram trilhos por toda a província e conquistaram para o *boom* do café paulista território ainda por desbravar. Algumas dessas ousadias prosperaram, outras acabaram logo incorporadas pelo Estado, não sem antes permitir bons negócios com terras e o assentamento rural e urbano em antigas florestas ou campos naturais, ambas constituindo em sua expansão o conjunto do *hinterland* da capital.

Os mais esplendrosos tempos para a burguesia cafeeira e para a cidade de São Paulo não aconteceram antes do último quartel do século XIX, quando o Estado foi de novo mobilizado, dessa vez para solucionar o essencial problema da mão-de-obra. Como é bem conhecido, o estabelecimento no final dos anos 80 de instituições republicanas resultou numa estrutura de poder político federalizada e descentralizada, mas ambos os governos, federal e estadual, foram conquistados pela burguesia do café de São Paulo, que junto com os políticos de Minas Gerais tornou-se a oligarquia governante até 1930. Mesmo antes da República, fundos públicos nacionais e locais foram conquistados por essa gente para pagar pelo transporte e distribuição de trabalhadores livres europeus (e mais tarde também japoneses), evitando assim o endividamento que ocorrera com aqueles

trazidos por Vergueiro e cuja revolta tinha estancado influxo de mão-de-obra por algumas décadas. Com a República a prática pôde tornar-se rotineira.

Houve, da parte da burguesia paulista, cuidado em assegurar um suprimento abundante e barato de mão-de-obra, o que tornava excedente uma parcela dos trabalhadores imigrantes antes mesmo de chegarem às fazendas; nestas, por sua vez, o declínio periódico dos preços de café diminuía ganhos complementares ao salário fixo. Por essas razões centenas de recém-chegados tiveram que permanecer na cidade de São Paulo, mercado de trabalho oficializado através da Hospedaria dos Imigrantes, o que tendia a fazer cair os salários urbanos e industriais. Muitos foram capazes de conseguir ocupação de ganho na própria São Paulo, que no final do século XIX tinha uma população italiana maior do que a nativa. Também os fazendeiros tenderam cada vez mais a se mudar para a cidade, não apenas para ter maiores condições de conforto com suas famílias, mas também para tomar parte em outras atividades políticas, sociais e econômicas.

Logo que o problema da mão-de-obra foi solucionado e que o acesso às férteis terras virgens tornou-se possível pelas estradas de ferro, os estímulos dos mercados de café americano e europeu puderam resultar na forte expansão das fazendas e na aceleração da acumulação do capital em São Paulo. Seus maiores fazendeiros financiavam os menores e também auferiam grandes lucros da venda de terras expropriadas aos índios e roceiros de subsistência ou a eles doadas pelo governo do Estado. Também neste caso, o capital estrangeiro controlava os últimos estágios da comercialização externa e logo começou a engolir comissários e até fazendeiros de café. Mas os britânicos não estavam mais sozinhos nessa empreitada e tiveram que enfrentar uma competição crescente da parte das companhias alemãs e americanas. A burguesia cafeeira paulista foi muito hábil na exploração desse espaço de manobras limitado, de um lado, pelos Rothschild (tradicionalmente o principal credor do Brasil) e, de outro, por recém-chegados como o Disconto Gesellschaft, o Nordeutsche Bank of Hamburg, o Schrodgers of London, a Societé Generale de Paris e o First National City Bank of New York (Monbeing). Em 1906 essa burguesia foi capaz de montar uma estratégia defensiva para proteger e

promover os preços internacionais do café por meio de um acordo com os produtores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e pela obtenção de empréstimo externo para a organização de estoques reguladores do produto (Furtado, Monbeing, Love). Essa estratégia resultou em sucesso absoluto e foi mais tarde repetida diversas vezes com o necessário suporte do governo federal.

Por outro lado, a burguesia paulista foi indiretamente protegida dos avanços do capital externo na economia regional pela evolução dos eventos internacionais. O influxo desse capital tem sempre sido cíclico, refletindo os problemas de suas matrizes com as tendências geopolíticas de diversificação em suas aplicações. A Primeira Guerra Mundial interrompeu o influxo de crédito advindo do acordo de 1906 e, definitivamente, pôs um fim à supremacia britânica no país como no mundo. A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial atuaram na mesma direção com respeito à Alemanha e aos Estados Unidos, cujos capitais aqui só puderam retornar para valer na metade dos anos 50 (Manchester, Dean).

Outro ponto conhecido de expressão de interesse coletivo foi a atuação da burguesia cafeeira, liderada pela representação paulista no governo federal, sobre a política de câmbio. Ante a guerra internacional do preço do café, sucessivas desvalorizações da moeda brasileira garantiam a prosperidade da economia cafeeira através do que Furtado, adequadamente, designou “socialização das perdas”, já que negociantes e fazendeiros recebiam pelo café em moeda forte e pagavam trabalhadores, insumos e custos de transporte com dinheiro nacional de valor declinante. Neste caso, o interesse da burguesia contrapôs-se não só ao das classes assalariadas locais mas também ao dos financiadores externos. A Grã-Bretanha tentou reprimir esse processo na medida do possível, e as oscilações da política monetarista refletiram, até a crise de 1929, esse conflito de interesses (Fritsch). Os fazendeiros de café brasileiros não eram mais adeptos incondicionais do liberalismo econômico.

O fato mais importante é que a marcha de desenvolvimento determinado pelo café na economia regional permitiu uma expansão generalizada de empreendimentos, proporcionando ganhos a diferentes grupos dentro do espectro social. A indústria manufatureira surge no estado de São Paulo, e mais particularmente na cidade de São

Paulo, como um subproduto da prosperidade de material trazida pelo crescimento da economia cafeeira. Ela fez parte do que Cano chamou de o complexo econômico cafeeiro – isto é, uma estrutura capitalista setorialmente diferenciada e de auto-reforço interno, que dependia basicamente da produção e exportação do café. A oferta abundante do trabalho relativamente qualificado de imigrantes não-organizados favoreceu a indústria porque isso significava baixos salários além de um cuidado inteligente das máquinas e uma auto-regulação do trabalhador, o que não poderia ser esperado de escravos.

Pelo menos três diferentes grupos sociais investiram na indústria manufatureira paulista. Alguns fazendeiros o fizeram em ocasiões em que o preço do café veio abaixo, reduzindo suas margens de lucro, e também quando a política de defesa desses preços começou, porque ela requeria alguma contenção na expansão das plantações de café. Eles exploraram o mercado fornecido por sua atividade principal, produzindo têxteis para sacaria de café assim como roupas e sapatos para seus trabalhadores. Um caso diferente é o de Rodovalho, mistura de fazendeiro e comerciante, que preferiu introduzir a indústria do cimento no estado. Um segundo grupo foi constituído por importadores que também investiram para substituir bens que traziam do exterior, devido a dificuldades na obtenção de moedas fortes para comprá-los e fazendo uso dos seus conhecimentos sobre necessidades específicas do mercado local (Dean).

O terceiro grupo é dos imigrantes *parvenus*. Mas não correspondendo exatamente ao mito do homem destituído, porém poupador, que cria pouco a pouco, pelo seu trabalho, um fundo de investimento e cresce da pequena firma ao complexo manufatureiro. Essa versão do senso comum foi posta em novos termos pelo estudo de Souza Martins sobre o conde Matarazzo, mostrando que os mais bem-sucedidos na verdade obtiveram seus capitais expropriando-os através do comércio com pequenos proprietários rurais e/ou contaram com o suporte de bancos, muitas vezes, estrangeiros. Há também alguma evidência, como quarta origem da indústria paulista, do capital externo ter sido invertido nesse setor desde os primeiros anos do século e em quantias maiores do que as demonstradas pelos dados até agora (T. Szmrecsanyi).

Essa multiplicidade de origens tornou

a indústria paulista não só mais flexível para aproveitar oportunidades em diferentes segmentos do mercado, mas também menos vulnerável à crise da cafeicultura em cuja sombra se originara. Sem ficar imune à recessão dos anos 30, mostrou crescimento ainda na primeira metade da década e absorveu rapidamente os estímulos da política econômica do Estado Novo, assim como da Segunda Guerra, mesmo que lhe faltassem condições de suprimento em bens de capital.

Que a resposta de São Paulo a tais estímulos foi bem mais intensa que a do Rio, pode-se constatar através da comparação da participação de cada um no valor da produção industrial brasileira. Segundo Ratner, em 1907, a cidade do Rio contribuía com 33,1% desse valor, enquanto todo o estado de São Paulo contribuía apenas com 16,5%. Mas, em 1938, a situação era mais do que proporcionalmente inversa pois a produção da capital federal reduzira-se a 14,2%, valor nacional, enquanto a produção paulista já atingia 43,5%. Sabendo-se que o município de São Paulo concentrava a maior e melhor equipada parcela da indústria do estado, a ponto de a cidade com sua área metropolitana chegar a responder em 1960 por nada menos do que 87,4% do valor da produção do estado, compreende-se que cedo sua indústria deixara a do Rio para trás.

Para Singer, a produção manufatureira mais do que o café ou qualquer outro setor ou atividade econômica isoladamente foi a causa real do crescimento demográfico de São Paulo na primeira metade do século XX. Ele salienta que, de acordo com Roberto Simonsen, a indústria do estado de São Paulo estava crescendo mais depressa do que a do estado do Rio desde 1905 e que, segundo seus próprios cálculos, nesse setor o Rio foi definitivamente ultrapassado durante a década de 20.

V. A CIDADE COMO CAMPO DE INVESTIMENTO

Ambas passando por intenso crescimento demográfico e sendo mercados de capitais, Rio e São Paulo logo descobriram em seu próprio corpo algumas excelentes oportunidades de investimento. O estilo tradicional de exploração imobiliária, ou seja, a arrecadação de aluguéis, foi cedendo lugar a modos mais dinâmicos e empresariais

de aproveitamento econômico (Ribeiro). Tanto a intensificação do uso da terra já urbanizada e da infra-estrutura já existente como a criação de novos espaços urbanizados nas frêntes da cidade foram postas em prática.

Por um lado, como mostra Toledo, de 1870 a 1975 o centro de São Paulo teve três faces, pois o *locus* da vila setentista foi duas vezes demolido e reconstruído, verticalizando-se a partir da década de 20. No mesmo período, o raio da circunferência fictícia capaz de compreender toda a área urbanizada cresceu de menos de 3 para quase 30 quilômetros, correspondendo à extensão real da faixa edificada especialmente nas áreas sul e leste. Por outro lado, a forma longitudinal do Rio, devida à sua localização entre o mar e os morros íngremes, também proporcionou verticalização e alongamento da distância entre os extremos urbanos.

Em ambos os casos, isto é, o assentamento intensivo e extensivo, a produção material da cidade foi um processo comandado pelo capital e dedicado aos seus lucros, mas apenas parcialmente levado a cabo por ele. O Estado foi freqüentemente um parceiro nem sempre obscuro da iniciativa privada. Recursos financeiros de diferentes origens (estrangeiros e nacionais, locais e de outras regiões brasileiras) reunidos em capitais de diferentes potências, sob a forma de grandes sociedades anônimas às vezes internacionais, de sociedades limitadas com porte médio, de pequenos negócios de um só dono ou de uma só família foram aplicados em atividades mutuamente complementares orientadas para a urbanização crescente de algumas áreas. Esses capitais não apenas foram capazes de colaborar entre si como também mostraram-se aptos a obter o apoio do Estado na provisão de serviços públicos essenciais, na regulação do parcelamento de terras com venda de lotes e na criação da infra-estrutura física dos sistemas de transportes e saneamento.

Na passagem do século, o Rio de Janeiro, por seu maior tamanho e sua importância política como capital do país, revelava melhor do que São Paulo essas formas de acordo entre capitalistas e o Estado. Devido às suas funções administrativas nacionais, a cidade teve facilidade em receber recursos do orçamento federal ou em obter apoio do governo da República para contrair e pagar empréstimos internacionais destinados à melhoria das suas condições sanitá-

as, bem como ao embelezamento de logradouros públicos.

Esse suporte federal foi indispensável à modernização urbanística do Rio e sua constituição em cartão de visita (ou postal) do país. Os gastos governamentais em sua área urbana, feitos em escala muito maior do que a ocorrida em São Paulo nesse período, desempenhavam um papel dinâmico na economia que transcendeu os limites do município, sendo responsável por boa parte da atração que seu mercado de trabalho exerceu sobre áreas economicamente letárgicas dos estados do Rio, Minas Gerais, Espírito Santo e Nordeste.

Os investimentos estrangeiros em serviços públicos ocorreram durante toda a segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX. A oferta de capital nas bolsas internacionais sendo abundante, companhias foram formadas por promotores de ações, mediante a concessão pelo Estado, por um determinado número de anos, do direito de exploração do serviço. Saneamento básico e fornecimento de água, transportes urbanos ou a grande distância (estradas de ferro e portos), gás e eletricidade constituíram os principais campos de aplicação desses capitais. Transportes e comunicações eram requisitos para a expansão das áreas urbanizadas. Capitalistas locais, interessados na valorização e abertura de novos assentamentos, freqüentemente ajudavam com a sua influência pessoal as companhias estrangeiras a obter ou renovar suas concessões. Nesse sentido, por exemplo, empresas estrangeiras abriram, no começo desse século, um túnel sob o morro que até então havia dificultado o acesso às praias de Copacabana, Ipanema e Leblon, áreas cuja valorização imobiliária foi colhida por capitais locais entre 1890 e 1940 (Abreu).

O bonde foi o principal meio de transporte para as zonas urbanas mais ricas e de classe média. Trens suburbanos servindo as áreas industriais eram destinados aos trabalhadores. Uma nítida segregação de classes assim tomou forma durante as últimas décadas do século XIX: a zona sul do Rio, com suas belas praias ainda bastante vazias, foi conectada ao centro por um bom meio de transporte público, recebendo diversos melhoramentos urbanos antes de serem transferidas para moradores das elites; e áreas do norte, muitas delas ex-subúrbios rurais alcançados pelo trem, tornaram-se os lugares da indústria e dos trabalhadores,



LARGO SÃO BENTO, 1902

sendo progressivamente expandidas em direção ao centro até tornaram-se completamente conectadas ao mesmo. Em ambos os extremos – norte e sul –, o capital privado foi responsável pela divisão e vendas das terras, mas não pela instalação da infraestrutura necessária e pela construção das casas. Essas responsabilidades foram deixadas, respectivamente, para as autoridades federais ou municipais, e para os próprios futuros moradores.

Por heterogêneas que aparentemente fossem, as casas dos bairros mais pobres tinham alguns padrões reconhecíveis devido à pobreza das técnicas construtivas, à

escolha de materiais de construção de baixo preço, bem como à força das tradições sobre o seu desenho. Elas eram construídas por etapas, ao longo dos anos, pelas mãos dos próprios moradores ou, de acordo com seus projetos, por artesãos pouco qualificados. A heterogeneidade das casas nas áreas ricas foi maior nessa época, quando toda a família burguesa desejava ter sua *villa* urbana particular, com características muito singulares. O projeto e a construção das mesmas eram confiados a engenheiros e aos artesãos mais hábeis, geralmente de origem estrangeira (italianos, portugueses ou espanhóis). Padronização maior só mes-

mo no correr de casa de aluguel, estas, sim, produzidas por capitais médios, oriundos às vezes dos próprios imigrantes.

Os arranha-céus que vieram a suceder essas *villas* em seus lotes também tiveram cada um o seu caráter particular mas, apertados num espaço caro, preferiram sacrificar a fantasia à funcionalidade e à lucratividade.

Por outro lado, a renovação urbana, nos primeiros anos desse século, do centro do Rio, incluindo a área do porto, feita em nome da saúde pública para erradicar a febre amarela, na verdade não apenas reformulou completamente o coração da cidade segundo padrões de urbanização européia (Paris sendo tomada como modelo), mas também expulsou milhares de trabalhadores que habitavam antigas casas aristocráticas transformadas em cortiços, dando novos preços à terra. Muito poucos dos que foram desalojados receberam novas condições de moradia. Os outros solucionaram o problema através da invasão de terrenos baldios nos morros vizinhos, não mais pagando aluguel e mantendo-se próximos de seus lugares de trabalho. Esses eventos promoveram o ecletismo como o estilo do Rio de Janeiro dos ricos e, ao mesmo tempo, difundiram as favelas, que existiam antes numa escala absolutamente modesta. Aqueles que puderam pagar preços módicos mudaram-se para áreas suburbanas. Uma vez que as favelas se alastraram do centro para o sul da cidade, no qual os mais ricos moravam, na faixa plana junto à praia e onde os que serviam alojaram-se nas escarpas ainda sem valor, a segregação social assumiu no Rio não só a oposição zona norte *versus* zona sul, mas também seu curioso padrão vertical, com os pobres tendo vista sobre os refúgios mais íntimos de seus senhores ou patrões, enraizados em elegantes casas ou apartamentos ao nível do mar.

São Paulo, por seu lado, teve um desenvolvimento imobiliário e de serviço urbano bastante parecido, mas com a constituição gradual de uma estrutura de mercado maior e mais forte, além da menor presença de dinheiro público no seu crescimento inicial. A venda de terra urbana e a construção de casas ofereceram oportunidades para o investimento privado, mas freqüentemente elas não eram as mais rentáveis. Outra singularidade paulista foi a forte presença de capital estrangeiro no parcelamento das terras que obtiveram os melhores preços.

Com o dinheiro arrecadado em Lon-

dres e Paris, a São Paulo City Improvements and Freehold Land Company comprou, entre 1905 e 1911, doze milhões de metros quadrados de terras urbanas em torno do centro de São Paulo. Nelas abriu bairros residenciais adaptando modelos das cidades-jardins britânicas e construindo algumas casas à moda *bungalow* a fim de demonstrar um estilo de vida. O pacote de bens materiais e imateriais visava atrair a burguesia mais a alta classe média e as vendas continuaram até o final da Segunda Guerra (Bacelli). Representantes da elite local faziam parte da diretoria da imobiliária, desempenhando importantes papéis de consultoria política e jurídica, mediando, portanto, a relação da companhia ou seus acionistas com o Estado brasileiro, com a sua própria classe e com os demais setores sociais.

Mas loteamentos exclusivistas eram negócios já experimentados em São Paulo com grande sucesso por imigrantes aqui radicados. Os pioneiros, Nothmann e Glette, eram alemães que durante as duas últimas décadas do século XIX ofereceram um novo bairro para os fazendeiros que se mudavam do interior para a capital. O nome Campos Elísios fazendo alusão à Grécia mas de fato homenageando a eclética Paris de Haussmann, ao apelar para o deslumbramento da capital do século, reforçava a identificação da burguesia local com a burguesia externa e seu distanciamento das classes inferiores que iam se aglomerando na cidade. Outro bairro depois também vendido para os ricos do café, Higienópolis, mostra que os loteamentos de elite eram campo bastante atraente para investimento. De novo o nome é altamente sugestivo, denotando tanto uma busca positiva de um local cientificamente resguardado da doença como o desejo de romper com um passado não saudável de proximidade territorial entre as classes. Capitais sobraram ainda para abertura da avenida Paulista e, da mesma forma, abundaram *nouveaux riches* para povoar seus lotes imensos. Diferentemente dos dois casos anteriores, o nome do topo do espigão constituiu homenagem à tradição e glorificou bairristicamente o contexto regional. Alteando-se acima de todo o espaço aberto à urbe, a burguesia local, embora desejosa da modernização, não estava disposta a perder lugar de honra no processo.

Também antes de 1930, capitalistas menores já investiam na abertura de loteamentos populares em áreas longínquas

de São Paulo, muito embora os porões e cortiços próximos ao centro ainda abrigassem o grosso da população mais pobre. Esse tipo de assentamento periférico dos trabalhadores de baixos salários de fato só veio a se generalizar décadas mais tarde, após o congelamento de aluguéis que restringiu a construção e oferta de moradias para renda, e sob a grande expansão industrial do pós-guerra.

Mas é nessa fase inicial que se define o padrão de loteamento rudimentar, que ficou típico a São Paulo e segregou as classes no espaço. Constituiu-se exclusivamente pela demarcação de lotes e a abertura de ruas sem preocupações urbanísticas maiores do que a preferência pelo tabuleiro de xadrez, sem cuidados com a preservação dos solos, sem infra-estrutura sanitária, sem investimento e sem qualquer outro serviço público além de alguma acessibilidade por transporte coletivo. As estações de trem tiveram importância para tanto pois, atraindo a indústria, atraíram também a moradia operária.

Provavelmente o lucro desses loteamentos não se equiparou ao dos loteamentos “nobres”. Indício disso é o fato de que a São Paulo City Improvements, atrás referida, revendeu terrenos que comprara em áreas com perspectivas de ocupação operária (Bacelli). Os loteamentos populares, para aqueles ávidos de deixar os cortiços e capazes de indefectivelmente ir desembolsando o valor das prestações mensais (nessa época, atingindo 100 meses), representavam não tanto ou não apenas um lugar só seu, mas a segurança de um rendoso investimento. Os profundos lotes desse período permitiam o abrigo de famílias extensas, incluindo a parentela e o aluguel de cômodos no quintal. Além disso, em poucos anos a expansão econômica e demográfica lhes trazia densidade de vizinhos e infra-estrutura paga primordialmente pelo Estado, valorizando seu pedaço de chão. Os empregados regulares, que resistiam mais facilmente até o último pagamento, tornavam-se sócios do desenvolvimento metropolitano, adeptos do progresso capitalista e fervorosos defensores da propriedade imobiliária. Assim, já antes de 1930, estavam tacitamente assentados alguns dos alicerces da aliança de classes que pacificou proletários e burgueses durante o populismo e a industrialização imperantes após Vargas.

A cidade, em sua investida

metropolizante, com suas promessas cumpridas de melhoria para muitos, usou seu corpo no ardil de superação das tensões sociais e ajudou a garantir o sucesso do modelo de desenvolvimento por substituição de importações. Não é à toa que o acirramento dessas tensões a que se assiste hoje venha se dando quando se declaram superadas as imagens do desenvolvimento constante e da “São Paulo que não pode parar”.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROSPECTIVAS

Busca-se no passado não apenas o entendimento do próprio passado mas condicionantes do presente e do futuro. A comparação dos caminhos seculares do Rio e de São Paulo enriquece a percepção do seu estágio atual enquanto principais focos do processo de urbanização brasileiro.

São Paulo é hoje a metrópole nacional, não por seu tamanho, que reflete sua capacidade de atração de população externa e de manutenção da interna, incorporando o crescimento vegetativo e os constantes recém-chegados. São Paulo é metrópole porque tem hegemonia, ou seja, é o *locus*, ao mesmo tempo, de liderança e de domínio sobre diferentes classes e grupos presentes alhures no território nacional ou até fora dele. São Paulo é metrópole enquanto sede do capital que organiza e drena o trabalho nacional, mesmo que os lucros nela nem sempre se detenham, passando as fronteiras do país.

Esta relação de hegemonia-dependência, algumas vezes sentida como imperialista, foi, não obstante, gerada por forças internas, a partir de um quadro local e regional. Nele os posicionamentos burgueses, conscientes quase sempre, muito embora sem previsão de suas conseqüências maiores a longo prazo, trouxeram vantagens socializadas por muitos. A conquista da nação – espaço e povo – se fez com base num modelo econômico e social que, sem deixar de ter altíssima capacidade de concentração de capitais em seu topo, deu espaço para diferentes níveis de acumulação e consumo. Quer dizer, abrigou uma rica paleta de matizes sociais, cuja base de sustentação geral foi o crescente trabalho livre assalariado. Foi isto que permitiu uma ampla mobilização de sua própria capacidade produtiva, promovendo o crescimento pela auto-alimentação do valor capitalista antes

de promovê-lo pela expropriação e exploração de áreas e grupos externos que depois lhe foram sendo subordinados.

O que em São Paulo foi complementar, no Rio tornou-se essência. O capital do Rio foi se esterilizando à medida que a cidade crescia: através do Estado, do governo da República, os setores burgueses sediados no Rio foram fomentados e sustentados por toda a nação. Seu dinamismo foi ficando cada vez mais no passado. Seu empobrecimento veio a galope após a transferência do governo federal.

Curiosamente, porém, a unificação da economia brasileira sob a égide de São Paulo acabou por unir o destino assim como os arrabaldes das duas cidades. Se sua oposição permanece, hoje, ela se dá mais no plano de disputas folclóricas ou dos truques políticos do que no de reais divergências de interesse e competição. Se a zona sul do Rio tornou-se símbolo de lazer, a zona norte integra-se adentrando o Vale do Paraíba aos emblemas de trabalho valorizados por São Paulo, e o desfrute do ócio por paulistas atingiu, pelo litoral, a partir de Santos, a zona sul carioca. As cidades se unem como pólos de uma ampla e densa região urbanizada que incorpora a estratégica área

industrializada do Vale do Paraíba, a ponto de a Via Dutra se constituir hoje quase numa avenida de fundo de vale, tal a intensidade de seu trânsito dia e noite. As projeções desse foco urbano industrial, que há anos já atingiram Campinas e se projetaram pelo caminho de Belo Horizonte, foram resultado de políticas desenvolvidas nas últimas três décadas, que produziram um Brasil com mais de 70% de urbanização, quando ao final do período aqui tratado esse índice não atingia 30%

Mas nessas mesmas últimas décadas, São Paulo foi se constituindo como cabeça de ponte de investimentos, na produção ou nos serviços, a que sua burguesia se associa mas cujas opções já não controla. Com isso e com a globalização da economia que atrai para fora capitais aqui criados, a metrópole vê em perigo a sua própria capacidade de comandar e atrair. A crise atual empobrecceu fortemente a população paulistana que começa a manifestar incerteza e descontentamento com as promessas de prosperidades sempre adiadas.

O exemplo do Rio, que no auge do seu brilho perdeu suportes, é um alerta que, atingindo a metrópole brasileira, atinge a nação.

Bibliografia

- ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Iplanrio-Zahar, 1987.
- BACELLI, Ronci. *A Cia. City e o Primeiro Bairro Jardim de São Paulo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1982.
- BETHELL, L. e CARVALHO, J. M. de. "1822-1930", in L. Bethell (ed.), *Brazil, Empire and Republic, 1822-1930*. Cambridge University Press, 1989, pp. 45-112.
- CANO, Wilson. *Origens da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.
- CARVALHO, J. M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CEPAL - *Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean, 1989 edition*. Santiago, United Nations, 1990.
- DEAN, Warren. *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*. Austin, Un. of Texas Press, 1969.
- DEAN, Warren. "Economy", in L. Bethell (ed.), *Brazil Empire and Republic, 1922-1930*. Cambridge University Press, 1989, pp. 217-56.
- FAUSTO, B. "Brazil: Social and Political Structure, 1889-1930", in L. Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol. V, 1870-1930. Cambridge Un. Press, 1986, pp. 779-830.
- FIBGE - *Anuário Estatístico do Brasil, 1987*. Rio de Janeiro, Fibge, 1988.
- FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1969.
- FRI TSCH, Wilston. "Apogeu e Crise na Primeira República", in M. P. Abreu (ed.), *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1958.
- GEIGER, Pedro P. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

- GRANZIERA, Rui G. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec-Unicamp, 1979.
- GREENHILL, Roberto. "The Brazilian Coffee Trade", in D. C. M. Platt (ed.), *Business Imperialism, 1840-1930. An inquiry based on British experience in Latin America*. Oxford, Clarendon Press, 1977, pp. 198-230.
- HARDOY, Jorge E. e LANGDON, M. E. "Análisis Estadístico Preliminar de la Urbanización de América Latina entre 1850 y 1930", in *Revista Paraguaya de Sociología*, 42-43, 1978, pp. 146-8. Citado por Scobie.
- LEOPOLDI, M. A. P. "Crescimento Industrial, Políticas Governamentais e Organização da Burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914", in *Revista Rio de Janeiro*, nº 3, 1986, pp. 53-73.
- LEVY, M. B. e SAES, F. A. M. "Foreign Loans, Debt and Dependency: Brazil 1850-1913". *10th International Economic History Congress Leuven*, 1989 e 1990.
- LEVY, M. B. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, 1987.
- LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. 2 vol. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, 1978.
- LOVE, Joseph. *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1973*. Stanford Univ. Press, 1980.
- MANCHESTER, Alan. *The British Preeminence in Brazil, its Rise and Decline*. Durham, Duke Un. Press, 1933.
- MATTON Jr., Robert. "Railroads, Coffee and Growth of Big Business in São Paulo, Brazil", in *Hispanic American Historic Review*, v. 57, nº 2, 1977.
- MERRICK, T. e GRHAM, D. *Population and Economic Development in Brazil, 1800 to the present*. John Hopkins Un. Press, 1979.
- MONBEIG, Pierre. *La Croissance de la Ville de São Paulo*. Grenoble, Institute de Geographie Alpine, 1953.
- . *Pioneers et Planteurs de São Paulo*. Paris, Armand Colin, 1952.
- PECHMAN, S. e FRITSCH, L. "A Reforma Urbana e seu Averso: Algumas Considerações a Propósito da Modernização do Distrito Federal", in *Revista Brasileira de História*, vol. 5, nºs. 8-9, set./1984-abril/1985, pp. 139-96.
- PETRONE, M. T. S. *O Barão de Iguape*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- PRADO Jr., C. "O Fator Geográfico na Formação da Cidade de São Paulo", in *Evolução Política do Brasil e outros Ensaios*. São Paulo, Brasiliense (c. 1933, Ed. Martins).
- . *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense (c. 1942, Ed. Martins).
- . *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- RATTNER, H. *Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo*. São Paulo, Fund. Getúlio Vargas, 1972.
- RIBEIRO, L. C. Q. "The Constitution of Real Estate Capital and the Production of Built-up Space in Rio de Janeiro, 1870-1930", *International Journal of Urban and Regional Research*, 13(1) 1989, pp. 47-67.
- SCOBIE, J. R. "The Growth of Cities", in L. Bethell (org.), *Latin America: Economy and Society, 1870-1930*. Cambridge Un. Press, 1989, pp. 149-81.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957.
- . *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.
- SOARES, L. C. "A Manufatura na Sociedade Escravista: o Surto Manufatureiro no Rio de Janeiro e Circunvizinhanças, 1840-1870", in *La Pre-Industrialisation du Brésil*. Paris, Editions CNRS, 1984.
- SOUZA MARTINS, J. *O Conde Matarazzo, Empresário e Empresa*. São Paulo, Editora Hucitec, 1973.
- STEIN, Stanley. *The Brazilian Cotton Manufacturing: Textil Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*. Harvard Univ. Press, 1957.
- . *Vassouras: a Brazilian Coffee Country*. Harvard Univ. Press, 1957 (tradução para o português editada em 1961).
- SZMRECSANYI, M. I. *Produção, Apropriação e Organização do Espaço na Economia Cafeeira: Contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, 1800-1930*. São Paulo, FAU-USP, Sinopses, II (5) jun./1984, pp. 189-257.
- . "Contribuição ao Estudo da Urbanização no Brasil", in D'Incao M. A. (ed.), *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo, Brasiliense-Secretaria da Cultura-ESP-Unesp, 1989, pp. 369-77.
- SZMRECSANYI, T. "Foreign Capital in the Brazilian Industrialization Before 1930". *Paper* apresentado no St. Antony's College, Oxford, 1990.
- TOLEDO, B. L. *São Paulo, Três Cidades em um Século*. São Paulo, Nobel, 1979.
- VIOTTI DA COSTA, E. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- . "Brazil: the Age of Reform, 1870-1889", in L. Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin American*, pp. 725-78.
- WEID, E. von der e BASTOS, A. M. R. *O Fio da Meada: Estratégia de Expansão de uma Indústria Têxtil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa-Confederação Nacional da Indústria, 1986.